



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE xxxxxxxxx**

---

**RECOMENDAÇÃO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça da Comarca de \_\_\_\_\_, com fundamento no art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal n.º 75, de 20.05.1993, combinado com o art. 80 da Lei Federal n.º 8.625, de 12.02.1993, e

**CONSIDERANDO** que *“o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*, nos termos do art. 127, caput, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que *“estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica”*, como impõe o art. 6º, I da Lei 8.080/90;

**CONSIDERANDO** que o art. 3º da Lei 9.787/99 estabelece que *“as aquisições de medicamentos, sob qualquer modalidade de compra, e as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI)”*;

**CONSIDERANDO** que, nas aquisições de medicamentos no âmbito do SUS, *“o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço”*, nos termos do art. 3º, § 2º da Lei 9.787/99;

**CONSIDERANDO** que a Resolução RDC nº 17, de 02 de março de 2007, com redação determinada pela Resolução RDC nº 51, de 15 de agosto de 2007, ambas emitidas pela ANVISA, estabelece que *“no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as prescrições pelo profissional responsável adotarão, obrigatoriamente, a Denominação Comum Brasileira (DCB), ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI)”*;

**CONSIDERANDO** que a prescrição de medicamentos pelo nome comercial pode dificultar o acesso do usuário do SUS ao fármaco e sugere a aquisição de produto de determinada marca, sem comprovação de que seja superior ao fabricado por outros laboratórios farmacêuticos;

**CONSIDERANDO** que a prescrição de medicamento pelo nome comercial por profissional do SUS ou que preste serviços para o mesmo é conduta ilegal;

**CONSIDERANDO** que os Protocolos e Diretrizes Terapêuticas do SUS são recomendações, desenvolvidas por meio de revisão sistemática da literatura científica existente, para apoiar a decisão do profissional e do paciente sobre o cuidado médico mais apropriado<sup>1</sup> e que buscam oferecer um padrão de manejo clínico mais seguro e consistente do ponto de vista científico, sem esquecer que sua aplicação deve ter a necessária flexibilidade;

**CONSIDERANDO** que o Decreto 7.508/2011, que regulamenta a Lei Orgânica do SUS (Lei nº 8.080/90), impõe, em seu art. 28, limites e parâmetros para o acesso à assistência farmacêutica, quando prevê: *“O acesso universal e igualitário à assistência*

<sup>1</sup> Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Assistência Farmacêutica no SUS*. Brasília: CONASS, 2007., p. 121.

*farmacêutica pressupõe, cumulativamente: I - estar o usuário assistido por ações e serviços de saúde do SUS; II - ter o medicamento sido prescrito por profissional de saúde, no exercício regular de suas funções no SUS; III - estar a prescrição em conformidade com a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas ou com a relação específica complementar estadual, distrital ou municipal de medicamentos; e IV - ter a dispensação ocorrido em unidades indicadas pela direção do SUS.” (grifo acrescido)*

CONSIDERANDO, por fim, que a própria Lei nº 8.080/90, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.401/2011, preconiza que “Art. 19-M. A assistência terapêutica integral a que se refere a alínea d do inciso I do art. 6º consiste em: **I - dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, cuja prescrição esteja em conformidade com as diretrizes terapêuticas definidas em protocolo clínico para a doença ou o agravo à saúde a ser tratado ou, na falta do protocolo, em conformidade com o disposto no art. 19-P;** (...)” e que “Art. 19-P. Na falta de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, a dispensação será realizada: I - com base nas relações de medicamentos instituídas pelo gestor federal do SUS, observadas as competências estabelecidas nesta Lei, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada na Comissão Intergestores Tripartite; II - no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores estaduais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada na Comissão Intergestores Bipartite; III - no âmbito de cada Município, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores municipais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada no Conselho Municipal de Saúde.”

Este órgão do Ministério Público **RECOMENDA** ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Saúde de \_\_\_\_\_, bem como a quem venha lhe suceder ou substituir no seu respectivo cargo que, no exercício de suas atribuições:

**I – adote as providências** administrativas necessárias para o cumprimento das normas acima descritas, **orientando** e **advertindo** os profissionais médicos e odontólogos do Município de

\_\_\_\_\_ e aqueles que prestam serviço neste território que: a) nas prescrições de medicamentos, adotem a Denominação Comum Brasileira – DCB – ou, na falta desta, a Denominação Comum Internacional – DCI; b) procedam ao tratamento das enfermidades obedecendo aos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas e as listas de medicamentos do SUS e apenas prescrevam medicamentos diversos dos constantes nos referidos documentos quando esgotados os tratamentos lá sugeridos; c) quando não forem prescritos medicamentos constantes do Elenco de Referência do Município ou do Estado, que o médico ou odontólogo faça a justificativa da escolha terapêutica prescrita, o histórico das experiências farmacológicas já utilizadas no paciente e a indispensabilidade de utilização daquele medicamento, por intermédio de publicações científicas acerca da matéria.

**II – remeta** cópia desta recomendação para todos os serviços de saúde que integrem ou prestem serviço para o SUS neste município, requisitando que seja dado conhecimento da mesma a todos os profissionais;

**III – assegure** publicidade e divulgação adequada e imediata dos termos desta recomendação, **requisitando** a sua afixação em local visível de todas as unidades de saúde do município, sejam elas próprias, contratadas ou conveniadas, bem como na sede da Secretaria Municipal de Saúde;

**IV – encaminhe resposta por escrito** ao Ministério Público, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, informando e demonstrando as providências adotadas para o cumprimento desta recomendação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

**PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA**